ISSN: 2358-8829

O SUCESSO ACADÊMICO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Keyzy Maria Pereira Lima [1]
Clara Lorrane dos Santos Morais [2]
Elizabete Pereira do Santos [3]
Lidiane de Morais Evangelista [4]
Juraci Pereira dos Santos [5]
Francisco Alysson da Silva Sousa [6]

RESUMO

A presença de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro tem se ampliado de forma expressiva nas últimas décadas, impulsionada por legislações e políticas públicas que promovem a democratização do acesso. No entanto, a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes ainda se configuram como desafios institucionais relevantes. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência no Instituto Federal do Piauí (IFPI), a partir de uma abordagem documental. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de documentos institucionais. relatórios de gestão e registros do Controle Acadêmico, no período de 2015 a 2024. O tratamento dos dados foi realizado por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados demonstram que, apesar da ampliação do acesso ao ensino superior, o número de estudantes que concluem os cursos ainda é reduzido em relação ao total de ingressantes, evidenciando dificuldades na permanência acadêmica, mesmo com índices de evasão relativamente baixos. Constatou-se que o sucesso acadêmico não depende apenas do acesso, mas da articulação entre políticas institucionais, práticas pedagógicas e cultura inclusiva, sendo necessário o fortalecimento de estratégias que garantam a permanência com qualidade e equidade no ensino superior.

Palavras-chave: educação inclusiva, ensino superior, pessoas com deficiência, sucesso acadêmico.

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior e Tecnológico tem deixado de ser uma pauta emergencial para se consolidar como um campo de pesquisa rigoroso e necessário. No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) destaca-se como um espaço de convergência entre políticas

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Piauí - IFPI, caang.2022119lmat0175@aluno.ifpi.edu.br.
[2] Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Piauí - IFPI, caang.2022119lmat0272@aluno.ifpi.edu.br.
[3] Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Piauí - IFPI, caang.2022119lmat0191@aluno.ifpi.edu.br.
[4] Mestre em Ciências e Saúde pelo Curso de Odintologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, lidianemorais@ifpi.edu.br.
[5] Mestre em Educação Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, juraci.pds@ifpi.edu.br.
[6] Professor orientador: Mestre, Instituto Federal do Piauí - IFPI, webalysson@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

de democratização do acesso e o desafio de garantir a permanência e o êxito desses alunos. O sucesso acadêmico, entretanto, não pode ser compreendido apenas pela métrica fria de aprovações, mas pelo conjunto de condições pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais que permitem ao discente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Este artigo propõe uma análise documental centrada na trajetória de estudantes com deficiência no IFPI, buscando compreender como as diretrizes institucionais se materializam na prática cotidiana. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de analisar o que está prescrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI e nos relatórios de gestão com a realidade dos registros acadêmicos. Afinal, a educação inclusiva demanda uma reestruturação do "fazer pedagógico" que vai além da simples matrícula.

Nesse contexto, o PDI do IFPI configura-se como um importante instrumento de gestão e planejamento institucional, orientando políticas de inclusão, acessibilidade, apoio pedagógico e permanência estudantil. O PDI 2020–2024 evidencia o compromisso da instituição com a democratização do acesso e com a promoção do sucesso acadêmico de estudantes com deficiência.

A problemática que norteia este estudo reside na identificação dos fatores que impulsionam ou negligenciam o sucesso desses estudantes. Quais estratégias de apoio, como a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), têm se mostrado eficazes? Como o currículo e as avaliações são adaptados para contemplar a neurodiversidade e as limitações físicas sem ferir o rigor acadêmico?

Estruturalmente, este trabalho fundamenta-se em um levantamento de documentos oficiais, resoluções e registros internos, visando traçar um diagnóstico do cenário atual. Com a finalidade de fornecer subsídios para que a instituição possa aperfeiçoar suas políticas de inclusão, transformando o sucesso acadêmico de uma possibilidade isolada em uma garantia institucional para todos os que compõem o corpo discente da rede.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica sistemática e análise documental. O objetivo consistiu em mapear a produção científica e institucional acerca do sucesso acadêmico de estudantes com deficiência no ensino superior, com foco no contexto dos Institutos Federais.

Inicialmente, em 15 de março de 2026, foi realizado um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ISSN: 2358-8829

(CAPES), na base Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Em todas as bases foram utilizadas as palavras-chave "sucesso acadêmico" AND "pessoas com deficiência" AND "ensino superior", adotando-se como critérios de inclusão publicações em língua portuguesa, publicadas entre 2016 e 2025 e relacionadas diretamente ao objeto de investigação.

No Portal de Periódicos da CAPES, a busca retornou cinco artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, apenas um estudo foi selecionado para compor a revisão bibliográfica, por apresentar maior aproximação com a temática investigada*: Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).* Na base SciELO, não foram encontrados estudos que atendessem aos critérios estabelecidos, sendo localizado apenas um artigo em língua inglesa, o qual foi excluído da análise. Já na BDTD, a busca resultou em 32 trabalhos. Após a etapa de triagem, que envolveu a leitura dos títulos e resumos, foram selecionadas onze pesquisas por apresentarem relação direta com o tema, enquanto as demais foram excluídas por não atenderem aos objetivos deste estudo.

Como complemento ao levantamento bibliográfico, realizou-se uma análise documental do PDI do IFPI e dos Relatórios de Gestão do Campus Angical, com o propósito de identificar diretrizes e ações relacionadas à inclusão, à acessibilidade, à permanência e ao apoio aos estudantes com deficiência. Além disso, foram solicitadas informações ao Controle Acadêmico, ao NAPNE e ao Setor de Assistência Social, com o objetivo de obter dados referentes à trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência e às ações institucionais voltadas ao seu acompanhamento. Dentre os setores consultados, apenas o Controle Acadêmico encaminhou documentação considerada suficiente para subsidiar as análises desenvolvidas neste estudo.

Os dados obtidos por meio de revisão bibliográfica e análise documental foram examinados com base na técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). Esse procedimento possibilitou a organização, categorização e interpretação das informações, favorecendo a construção das categorias analíticas e a discussão dos resultados à luz das políticas institucionais de inclusão e das estratégias voltadas à promoção do sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva no Brasil consolidou-se como um princípio estruturante das políticas educacionais, especialmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015),

ISSN: 2358-8829

que asseguram às pessoas com deficiência o direito ao acesso, permanência e participação plena no ensino (Brasil, 1996; 2015). Essas legislações reafirmam o compromisso do Estado com a promoção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade humana. A inclusão, portanto, ultrapassa o simples ingresso no sistema educacional e configura-se como a eliminação de barreiras que impedem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

Nesse sentido, Mantoan (2003) destaca que a inclusão escolar requer uma reorganização institucional que desloca o foco da deficiência para o ambiente educacional, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas capazes de responder às diferentes formas de aprender. Essa perspectiva, alinhada ao modelo social da deficiência, compreende que os obstáculos à participação não residem no estudante, mas nas estruturas e atitudes que compõem o contexto educacional. Sob essa ótica, o sucesso acadêmico deixa de ser uma responsabilidade individual do aluno e passa a ser um indicador da eficácia das políticas institucionais em prover equidade.

No ensino superior, a democratização do acesso tem ampliado a presença de estudantes com deficiência, impulsionada por políticas de expansão e pelas garantias legais relacionadas à acessibilidade e ao atendimento especializado. Contudo, o acesso não assegura, por si só, a permanência e o sucesso acadêmico. Para que a inclusão se efetive, instituições devem promover condições adequadas de acessibilidade arquitetônica, digital, comunicacional e pedagógica, além de oferecer suporte institucional contínuo.

Santos e Rodrigues (2024), em sua revisão sistemática da literatura, identificaram que as pesquisas sobre políticas de Educação Especial e sucesso escolar apontam a necessidade de eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, bem como de implementar políticas efetivas de acesso e permanência. Os autores concluem que, embora as leis e decretos garantam direitos, a efetiva inclusão no ensino superior depende da remoção contínua desses obstáculos e do compromisso institucional com a diversidade.

A pesquisa de Santos (2023) complementa ao evidenciar que a permanência no ensino superior demanda políticas institucionais articuladas, capazes de integrar aspectos pedagógicos, administrativos e psicossociais. Isso inclui adaptações de materiais, orientação docente, programas de apoio pedagógico e serviços especializados, que devem estar alinhados às especificidades de cada estudante. Nesse contexto, os NAPNE desempenham papel fundamental no assessoramento das práticas institucionais voltadas à inclusão.

No IFPI, a efetividade da inclusão educacional é avaliada por meio de ações de acompanhamento, registros institucionais e políticas de acessibilidade, identificando estratégias voltadas à permanência e ao desempenho acadêmico de estudantes com deficiência. Destaca-se o PDI, que contempla políticas de inclusão, acessibilidade, apoio pedagógico e permanência

ISSN: 2358-8829

estudantil, cujas diretrizes reforçam a relação entre sucesso acadêmico e condições institucionais de acompanhamento e aprendizagem. O processo de construção do PDI 2025–2029 evidencia o compromisso do IFPI com a participação coletiva, a transparência e o fortalecimento das políticas inclusivas no ensino superior.

De acordo com Bardin (2011), documentos institucionais são fontes relevantes para compreender processos educacionais, pois expressam valores, diretrizes, normativas e práticas. Assim, a análise documental contribui para revelar tanto avanços quanto desafios presentes na operacionalização das políticas inclusivas, permitindo compreender como a instituição configura o conceito de sucesso acadêmico para esse público.

Nesse cenário, o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência deve ser entendido de forma ampliada, englobando não apenas aprovação e rendimento, mas também participação, adaptações, suporte institucional e bem-estar. Segundo Ustárroz, Quadros e Morosini (2017), a democratização da educação superior vai além do acesso, exigindo compromisso com o sucesso acadêmico por meio de ações políticas e estratégias institucionais que envolvam toda a comunidade acadêmica na criação de oportunidades equitativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram fundamentados nas informações obtidas por meio do questionário encaminhado pelo Controle Acadêmico. A partir desse material, os dados foram analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, da qual emergiram categorias de análise que possibilitaram a organização, interpretação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa.

Inclusão e trajetória acadêmica de estudantes com deficiência

Nesta categoria, são apresentados e discutidos os dados referentes ao ingresso, à evasão e à conclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, no período de 2015 a 2024. O IFPI Campus Angical oferta quatro cursos superiores: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física, Bacharelado em Administração e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS). Entretanto, conforme observado na Tabela 1, o curso de TADS não apresentou estudantes com deficiência matriculados durante o período analisado, razão pela qual não foi incluído na referida tabela.

ISSN: 2358-8829

Tabela 1 - Relação entre entrada, evasão e conclusão de estudantes com deficiência (2015–2024)

Curso	Entrada (matrículas)	Evasão (saída)	Conclusão (formados)	Taxa de evasão (%)	Taxa de conclusão (%)
Licenciatura em Matemática	7	1	0	14,3%	0%
Licenciatura em Física	29	3	2	10,3%	6,9%
Bacharelado em Administração	34	2	4	5,9%	11,8%
Total geral	**70**	**6**	**6**	**8,6%**	**8,6%**

Fonte: elaboração própria.

Os dados apresentados na Tabela 1 revelam que, no período analisado, 70 estudantes com deficiência ingressaram nos cursos superiores do campus. Esses resultados indicam que o IFPI tem assegurado o acesso desse público ao ensino superior, em conformidade com a legislação vigente. Nesse contexto, Santos (2023, p. 91) destaca que "o IFPI cumpre a legislação vigente, quando se trata da inclusão de estudantes com deficiência ao ensino superior, ao instituir como forma de acesso a Lei 13.409 de 2016, que alterou a Lei nº 12.711, promulgada em agosto de 2012".

O IFPI tem construído uma legislação institucional voltada à garantia do acesso e da permanência de estudantes com deficiência ao ensino superior. Entre as normativas mais recentes, destacam-se a Resolução Normativa nº 56, de 02 de agosto de 2021, que atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, e a Resolução Normativa nº 144, de 25 de agosto de 2022, que aprova a Política de Cotas e estabelece procedimentos específicos de heteroidentificação no âmbito da instituição. Para Santos (2023, p. 94), "As resoluções representam importantes políticas da instituição, abordando questões fundamentais e que buscam aprimorar diversos aspectos de sua atuação em relação ao acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com necessidades educacionais específicas".

Nesse cenário, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2000 a 2022, houve um crescimento acentuado percentual de escolarização de estudantes com deficiência, passando de 6,8% para 18,4%. Esse aumento evidencia os avanços das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação ao longo desse período (Silva *et al*., 2026). Nesse sentido, os autores reafirmam que "torna-se evidente que garantir apenas o ingresso é insuficiente, sendo necessário desenvolver estratégias que assegurem suporte efetivo à permanência e ao sucesso acadêmico" (Silva *et al*., 2026, p. 4).

Outro elemento observado diz respeito à taxa de evasão registrada no período analisado. Entre os estudantes com deficiência matriculados nos cursos superiores, seis interromperam seus estudos, sendo um da Licenciatura em Matemática, dois da Licenciatura em Física e três

ISSN: 2358-8829

do Bacharelado em Administração. Esse número representa uma taxa de evasão de 8,6% em relação ao total de matrículas de estudantes com deficiência no período investigado. Apesar da existência de casos de evasão, o percentual pode ser considerado relativamente baixo quando comparado ao total de matrículas efetuadas ao longo do período analisado.

Preservação dos Dados Institucionais: desafios e perspectivas

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram encontradas limitações no acesso a informações institucionais que poderiam ampliar a compreensão sobre o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência no ensino superior. Além dos dados fornecidos pelo Controle Acadêmico, buscou-se reunir informações junto ao NAPNE e ao Setor de Assistência Estudantil, especialmente sobre as ações de acompanhamento dos estudantes e a concessão de benefícios estudantis.

No entanto, os registros disponíveis nesses setores não contemplavam todo o período analisado, compreendido entre 2015 e 2024. As informações localizadas referiam-se apenas aos anos de 2025 e 2026, o que impossibilitou sua utilização nesta pesquisa. Essa situação decorre de dificuldades relacionadas à preservação e à recuperação de parte da documentação institucional produzida ao longo dos anos, em razão da perda de arquivos armazenados em dispositivos externos e de problemas ocorridos em equipamentos institucionais, comprometendo a disponibilidade de registros históricos.

Embora essa limitação não tenha comprometido o alcance dos objetivos da pesquisa, ela evidencia a importância de fortalecer os processos de registro, organização, arquivamento e preservação das informações institucionais. Além de constituírem parte da memória da instituição, esses registros representam uma fonte relevante para pesquisas acadêmicas e para o acompanhamento das políticas de inclusão, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

A organização e a preservação dessas informações também podem subsidiar o planejamento institucional, a avaliação das ações desenvolvidas e o aperfeiçoamento das políticas voltadas à acessibilidade, à inclusão e ao acompanhamento estudantil. Da mesma forma, contribuem para a elaboração de relatórios de gestão e para a tomada de decisões fundamentadas em evidências, favorecendo o aprimoramento contínuo das práticas institucionais.

Considerando as dificuldades encontradas durante a realização deste estudo, recomenda-se que as ações desenvolvidas nos campi sejam registradas de forma sistemática no

ISSN: 2358-8829

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), de modo a garantir a continuidade, a preservação e a recuperação das informações institucionais. Sugere-se, ainda, a criação de um módulo específico para o armazenamento e a organização desses registros, permitindo maior segurança na gestão das informações e assegurando que dados relevantes permaneçam disponíveis para subsidiar futuras pesquisas, avaliações institucionais e ações voltadas à promoção da inclusão, da permanência e do sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender que a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, especialmente no âmbito do IFPI, constitui um processo complexo que ultrapassa a garantia formal de acesso, exigindo ações institucionais contínuas voltadas à permanência e ao êxito acadêmico. A análise documental evidenciou que, embora existam diretrizes e políticas institucionais alinhadas às legislações vigentes, ainda persistem desafios relacionados à efetivação dessas ações no cotidiano acadêmico.

Os resultados indicam que iniciativas como a atuação dos NAPNE representam avanços significativos no suporte aos estudantes, contribuindo para a redução de barreiras pedagógicas e atitudinais. No entanto, verificou-se que a adaptação curricular, a flexibilização de práticas avaliativas e a formação continuada de docentes ainda demandam maior sistematização e ampliação, de modo a garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, conclui-se que o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência não depende exclusivamente de políticas institucionais formalizadas, mas da articulação efetiva entre gestão, docentes e setores de apoio, bem como da construção de uma cultura institucional inclusiva. A inclusão, nesse sentido, deve ser compreendida como um compromisso coletivo e permanente, que envolve a superação de barreiras estruturais, pedagógicas e sociais.

No que se refere à aplicação empírica, este estudo pode subsidiar o aprimoramento das políticas institucionais do IFPI, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas e para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam o acompanhamento acadêmico desses estudantes. Além disso, os resultados podem servir de referência para outras instituições da Rede Federal, ampliando o debate sobre inclusão e sucesso acadêmico no ensino superior.

A análise do PDI do IFPI permitiu identificar que a instituição possui diretrizes formais voltadas à inclusão, à acessibilidade e à permanência estudantil. Contudo, os resultados evidenciam que ainda existem desafios relacionados à efetivação prática dessas políticas no

cotidiano acadêmico, especialmente no acompanhamento sistemático da trajetória dos estudantes com deficiência. Assim, torna-se necessário fortalecer mecanismos institucionais de monitoramento, avaliação e implementação das ações previstas no PDI, de modo que a inclusão se concretize não apenas no acesso, mas também no sucesso acadêmico e na conclusão dos cursos superiores.

Por fim, destaca-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a temática, especialmente por meio de estudos de campo que incluam a perspectiva dos próprios estudantes com deficiência, bem como a análise das práticas docentes em sala de aula. Investigações futuras também podem explorar o impacto das tecnologias digitais assistivas e das políticas institucionais na trajetória acadêmica desses discentes, contribuindo para o avanço do conhecimento na área e para a consolidação de uma educação superior mais equitativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 abr. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2024**. Teresina: IFPI, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Cartilha de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025–2029**. Teresina: IFPI, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 56/2021 – CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. Aprova a **Política de Diversidade e Inclusão** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2021.

GIORDANI, Camila Cunha Oliveira; CAMPOS, Liliane Carla; SALGE, Eliana Helena Correa Neves; OLIVEIRA, Giselle Abreu de; BATISTA, Diego de Morais. Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Revista Triângulo, Uberaba, v. 13, n. 3, p. 143–163, 2020. DOI: 10.18554/rt.v13i3.5073. Disponível em:

https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5073. Acesso em: 10 out. 2026.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: o que é, por que, como fazer. São Paulo: Summus, 2003.

SANTOS, Juraci Pereira dos. **Educação inclusiva no Instituto Federal do Piauí**: o que revelam os estudantes em relação às políticas de acesso e permanência. 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

SANTOS, Rummening Marinho dos; RODRIGUES, Janine Marta Coelho. Políticas de educação especial e sucesso escolar de pessoas com deficiência visual: revisão de literatura. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, Teresina, v. 28, n. 58, 2024. DOI: https://doi.org/10.26694/rles.v28i58.4677.

Silva, L. P. T., Nunes, J. A. F., Dias, M. C. A. de O., Freitas, D. A., Alves, M. Z., Oliveira , L. M., & Cunha, S. D. M. (2026). Acesso, permanência e sucesso de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática (W. D. Soares, Trad.). *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218*, *7*(5), e757856. https://doi.org/10.47820/recima21.v7i5.7856. Acesso em 10 ago. 2026

USTÁRROZ, Elisa; QUADROS, Sérgio Feldmann de; MOROSINI, Marília Costa. Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 539-561, set./dez. 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7790.